

A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI EM TERRAS INDÍGENAS



AGROECOLOGIA
AGROFLORESTAS
RESTAURAÇÃO AMBIENTAL



PROJETO GESTÃO
AMBIENTAL E
TERRITORIAL
INDÍGENA

PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
Artur Nobre Mendes

DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT
Walter Coutinho Jr.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DPDS
Patricia Chagas Neves

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO - DAGES
Janice Queiroz de Oliveira

UNIDADE DE GESTÃO DO PROJETO GATI

DIRETORA NACIONAL DO PROJETO - DPDS/FUNAI
Patricia Chagas Neves

COORDENADOR NACIONAL DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Fernando de Luiz Brito Vianna

OFICIAL DE PROJETO DO PNUD
Rose Diegues

COORDENADOR TÉCNICO DO PROJETO - PNUD
Robert Pritchard Miller

COORDENADOR DE PGTA - PNUD
Ney José Brito Maciel

COORDENADORA FINANCEIRA DO PROJETO - CCGAM/FUNAI
Valéria do Socorro Novaes de Carvalho

ASSISTENTES ADMINISTRATIVOS - CCGAM/FUNAI
Caio César de Sousa de Oliveira
Sofia Morgana Siqueira Meneses

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A281

Agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental em terras indígenas / Robert P. Miller... [et al.]. – Brasília (DF): IEB, 2016. – (A Experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas)
57 p. : 20,4 x 27,4 cm

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-60443-47-5

1. Agroecologia. 2. Gestão territorial e ambiental. 3. Povos indígenas – Brasil. 4. Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena. I. Miller, Robert P. II. Macário, Dafran. III. Weber, Ingrid. IV. Modercin, Isabel. V. Antonio, Leosmar. VI. Título. VII. Série.

CDD-980.41



FICHA TÉCNICA

ORGANIZAÇÃO DA SISTEMATIZAÇÃO

Andreia Bavaresco - IEB

Marcela Menezes - IEB

Robert Miller - GATI

REVISÃO ORTOGRÁFICA

Ekletica Design e Publicações

FOTOS

Arquivo Projeto GATI

Arquivo Funai

Colaboradores

ARTE

Nina Coimbra

EDITORAÇÃO

Demian Nery e Tiago Trigo (apoio)

O uso de imagens de indígenas das Áreas de Referência para fins de divulgação do Projeto GATI foi acordado nos Termos de Compromisso firmados com as comunidades participantes do Projeto, ao longo de processo de esclarecimento no qual foram estabelecidas as responsabilidades das partes.

foto-base da pagina anterior:
Agrofloresta na TI Guarani do Bracuí (2016)
©Dafran Macário

AGROECOLOGIA, AGROFLORESTAS E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL EM TERRAS INDÍGENAS: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO GATI

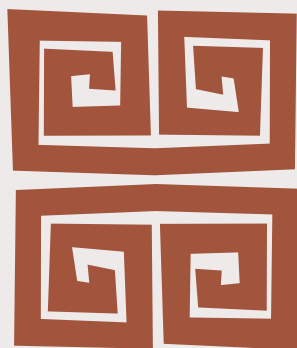
Robert P. Miller¹, Dafran Macário²,
Ingrid Weber², Isabel Modercin² e Leosmar Antonio²

APRESENTAÇÃO	4
CONTEXTOS REGIONAIS, AMBIENTAIS E HISTÓRICOS	12
MECANISMOS DE APOIO PARA AÇÕES COM AGROECOLOGIA, AGROFLORESTAS E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO GATI	20
QUATRO EXPERIÊNCIAS REGIONAIS DO PROJETO GATI COM AGROECOLOGIA, AGROFLORESTAS E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL	30
CONCLUSÕES - ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS	52

¹ Coordenador técnico do Projeto GATI

² Consultores do Projeto GATI

APRESENTAÇÃO



O objetivo desta publicação é sistematizar as ações de agroecologia, agroflorestas e restauração ecológica no âmbito do Projeto GATI em seus cinco anos de implementação em diferentes regiões brasileiras.

A publicação une três temas bastante amplos: agroecologia, agroflorestas e restauração ecológica, pois são áreas bastante relacionadas e com muita sobreposição. No contexto das Terras Indígenas (TIs), estes temas, juntos, mesclam novas demandas que vêm surgindo, tais como a necessidade de fornecer alimentos saudáveis, conservar ambientes naturais e seus recursos e restaurar áreas degradadas, entre outras, com um conjunto de conhecimentos e práticas agrícolas tradicionais.

Agroecologia, entre as possíveis conceituações, pode ser entendida como o manejo ecológico dos recursos naturais, através de formas de ação social coletiva, com propostas de desenvolvimento participativo, desde as formas de produção até a circulação alternativa de seus produtos, estabelecendo relações entre produção e consumo capazes de encarar a crise ecológica e social... (Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Embrapa)

Agrofloresta (ou sistemas agroflorestais) é um nome coletivo para sistemas de uso da terra e tecnologias nos quais espécies perenes (árvores, arbustos, palmeiras, bambus, etc.) são deliberadamente utilizadas nas mesmas unidades de manejo de cultivos agrícolas e/ou animais, em alguma forma de arranjo espacial ou sequência temporal. Nestes sistemas há interações tanto ecológicas como econômicas entre os diferentes componentes. (Lundgren e Raintree, 1982).

Restauração Ecológica é o processo de auxiliar a recuperação de um ecossistema que foi degradado, danificado ou destruído. (Sociedade Internacional para a Restauração Ecológica, 2005)

Embora configurem, em grande parte, nomes novos para práticas tradicionais, enquanto termos ou conceitos técnicos, os temas deste volume chegam como novidades em algumas TIs. E ainda, na medida em que representam campos disciplinares relativamente novos e em ebulição, conjugando desde conhecimentos técnico-científicos até o ativismo social e ambiental, a chegada destes temas traz tanto novos conhecimentos e técnicas, como também a exposição a novos paradigmas e reflexões, os quais buscam colocar a relação das sociedades humanas com os ambientes dentro de uma lógica de sustentabilidade. É importante frisar que, embora o Projeto GATI tenha sido responsável por trazer diversas novidades em termos de conceitos e abordagens, em muitas situações o Projeto teve um papel muito mais de facilitador e apoiador de processos e iniciativas existentes, ao encontrar atividades já em curso nas Áreas de Referência, fruto dos interesses dos próprios indígenas ou iniciadas com o apoio de outros parceiros.

Ao sistematizar vários processos e dinâmicas relacionados à chegada dos temas agroecologia, agroflorestas e restauração ecológica nas TIs que são as “Áreas de Referência” do Projeto GATI, buscaremos não apenas remeter ao papel de “laboratório” do Projeto, que em diversas situações trouxe e testou novas metodologias, abordagens e práticas, mas também a sua função como “observatório”. Para isto, entendemos que cabe aprofundar a discussão e as reflexões sobre: (1) o significado e relevância destes temas nas TIs, e como isto varia conforme as diferentes regiões/biomas, contextos ambientais e étnicos; (2) a filosofia e os pressupostos iniciais que nortearam as abordagens empregadas pelo Projeto; (3) os mecanismos administrativos utilizados para transformar essas abordagens em ações concretas nas TIs; e (4) como estas abordagens e mecanismos foram recebidas e apropriadas pelas comunidades indígenas, a partir da análise de alguns exemplos em diferentes regiões. Por fim, buscaremos

extrair desta análise algumas lições mais gerais a respeito dos temas e sua inserção nas TIs, e suas implicações para políticas públicas.

Ao fazer esta análise mais ampla, contamos um pouco da história do Projeto GATI, na qual cabe tanto falar dos contextos regionais e locais – cujos relatos mais detalhados constam da série de livros “A Experiência do Projeto GATI nas Terras Indígenas” – como também dos antecedentes do Projeto e sua ligação com o movimento paralelo que resultou no decreto da PNGATI – Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena³.

Estes antecedentes, que serão examinados com mais detalhe adiante, são uma parte importante deste histórico, pois estabelecem o tom e a orientação para as ações do Projeto GATI nas TIs. Quanto à PNGATI, é importante registrar que esta Política marca incisivamente a relevância das ações que o Projeto empreenderia, por meio dos objetivos enunciados no Eixo 4 - *Prevenção e recuperação de danos ambientais*. Os objetivos deste eixo que são diretamente relacionados aos temas deste livro são:

- a) promover ações com vistas a recuperar e restaurar áreas degradadas nas Terras Indígenas;
- d) identificar as espécies nativas de importância sociocultural em Terras Indígenas e priorizar seu uso em sistemas agroflorestais e na recuperação de paisagens em áreas degradadas;
- e) promover a recuperação e conservação da agrobiodiversidade e dos demais recursos naturais essenciais à segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, com vistas a valorizar e resgatar as sementes e cultivos tradicionais de cada povo indígena;
- f) promover ações para a recuperação de áreas degradadas e a restauração das condições ambientais das Terras Indígenas, em especial as de prevenção e combate à desertificação.

Podemos considerar que a implementação do Projeto GATI foi um “laboratório” para a implementação da PNGATI, pois desenvolveu ações estreitamente ligadas aos objetivos desta Política. Ao mesmo tempo, dentro de sua função de “observatório”, também coube ao Projeto GATI refletir e analisar como os temas desenvolvidos estão contribuindo para a implementação da PNGATI, no sentido mais amplo de promover o bem-estar e a consolidação dos direitos e do protagonismo indígena. Os capítulos a seguir, além de relatar algumas das ações desenvolvidas, buscam fazer um pouco dessa reflexão e análise.

3 Decreto nº 7.747 de 06 de junho de 2012

ANTECEDENTES E PRESSUPOSTOS: AS INSTÂNCIAS DE PROTAGONISMO E GOVERNANÇA INDÍGENA NO PROJETO GATI

Entre 2009 e 2010, o Grupo de Trabalho Interministerial (GT) responsável pela elaboração de uma proposta de Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI estava encarregado da condução das cinco consultas regionais aos povos indígenas e da elaboração da minuta do decreto da Política. Estas consultas regionais mobilizaram pelo menos 1.240 representantes de 186 povos indígenas e debateram os pontos e objetivos da proposta de decreto que seria apresentada à Comissão Nacional de Política Indigenista-CNPI e à Casa Civil da Presidência da República.

Por meio dessa experiência, ficou evidente que o processo de consulta, muito mais do que o mero cumprimento dos preceitos estabelecidos pela Convenção 169, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁴, é um instrumento fundamental para chegar a propostas de ação muito mais realistas e sintonizadas com aquilo que as comunidades indígenas demandam. Ou seja, o processo de consulta oferecia um contraponto a pelo menos uma parte dos problemas relacionados à atuação da Funai como órgão indigenista, com

suas dificuldades de adaptar as práticas herdadas de um passado tutelar para as novas realidades dos povos indígenas. Os trabalhos do GT também trouxeram lições para os envolvidos, pois se tratou de instância paritária, com número igual de representantes indígenas e de governo.

Aprovado pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial-GEF, em outubro de 2009, o Projeto GATI só começou a operar efetivamente em junho de 2010, pois grande parte dos envolvidos no GT do “GEF-Indígena”, responsável pela elaboração do Projeto, tanto representantes indígenas como de governo, participava também do GT da PNGATI e estava totalmente envolvida na realização das consultas regionais. Assim, só foi possível dar início às atividades do Projeto com o término das consultas regionais da PNGATI. Para os envolvidos diretamente na execução do Projeto, como para os representantes indígenas e de governo que compuseram o Comitê Diretor do Projeto GATI, essa experiência positiva de diálogo no âmbito da PNGATI estava muito presente. Da mesma forma, a abordagem para a implementação do Projeto GATI não poderia tomar outro rumo senão se basear no princípio de consulta e nas instâncias paritárias de governança.

⁴ A Convenção 169 da OIT foi ratificada no Brasil pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.

Dessa forma, o Projeto GATI adotou, desde o início de sua implementação, a filosofia da consulta e da participação indígena, promovendo o debate e a discussão interna sobre o que seria a gestão das suas terras e seus recursos naturais, dentro de uma visão de sustentabilidade social, ambiental e econômica, visando o bem-estar das populações. Por um lado, o GEF, financiador do Projeto, esperava o cumprimento dos indicadores conforme um cronograma pré-estabelecido que não previsse uma fase de consulta, com reuniões de esclarecimento e aproximação com as comunidades das TIs que foram as Áreas de Referência. Ou seja, considerava que as consultas regionais feitas em 2008, nas quais foram escolhidas as Áreas de Referência, seriam o suficiente para dar início às ações nestas TIs. De outro lado, estavam as comunidades indígenas, cuja experiência anterior com “projetos” tinha sido, em grande parte, com iniciativas que traziam ações prontas e pré-determinadas, sem debate e discussão por parte dos supostos beneficiados. Mas, ao mesmo tempo em que as comunidades reconheciam os problemas deste modelo de “projeto” pronto, sem consulta, tinham pressa em ver algo de concreto acontecendo, até pelo receio - baseado em experiências anteriores - de que o Projeto poderia terminar antes mesmo de trazer algum resultado palpável. Também, em alguns casos, embora realizada na prática pelos povos indígenas, a “gestão ambiental” representava um conceito novo gerando desentendimentos sobre as metodologias e abordagens participativas adotadas pelo Projeto.

Por parte da Funai, se por um lado a perspectiva de trazer inovações conceituais e metodológicas foi bem recebida, a realidade local e regional do órgão resulta em uma enorme dificuldade quanto à capacidade para atender as necessidades das comunidades indígenas. Nesta situação, a demanda por assistência técnica nem sempre consegue ser atendida pelas Coordenações Regionais, que se veem absorvidas em questões fundiárias, invasões, conflitos internos e externos, por exemplo.

A opção pelo caminho da consulta e da participação indígena trouxe a possibilidade de incorporar no Projeto o que tem sido chamado de “metodologias participativas”, desenvolvidas nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito ao componente do Projeto GATI que tratou de agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental. O enfoque participativo traz consigo o respeito e a valorização do conhecimento indígena e o diálogo de saberes, e, em vez de trazer modelos prontos como soluções, estimula a busca conjunta de ações. Em relação à gestão territorial e ambiental, essa abordagem considera que os índios já fazem a gestão, não cabendo ao Projeto “ensiná-los”, mas sim, apoiar e consolidar as iniciativas existentes e estimular aquelas que ainda estão incipientes. Quanto à agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental, essa abordagem enfatiza a importância de “capacitação horizontal”, de agricultor para agricultor, com a troca de informações entre pares.

Especificamente em relação à abordagem atual da agroecologia, é importante ressaltar que esta traz, no seu bojo, um conjunto de conceitos não apenas técnicos como também político-ideológicos. Para que não houvesse somente a importação deste conjunto de conceitos e práticas externas, o Projeto GATI buscou a sua releitura e adaptação, de modo que as iniciativas desenvolvidas configurassem de fato uma “agroecologia indígena”. E, dentro desta ótica, foi gratificante constatar que quando os indígenas participaram de diversos fóruns de agroecologia, regionais e nacionais, foram muito bem recebidos e tiveram seus conhecimentos reconhecidos e valorizados.

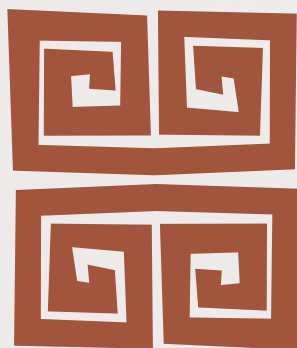
Após cinco anos de Projeto, podemos avaliar que a escolha pelo caminho da consulta e da participação indígena, embora inicialmente um processo mais lento, trouxe bons e sólidos resultados. Nas oficinas de sistematização do Projeto, realizadas pelo IEB no final de 2015, nas quais participaram representantes indígenas das Áreas de Referência, membros do Comitê Diretor, membros da UGP do Projeto e consultores regionais, foi dado destaque positivo às ações que são fruto dessa escolha, que resumimos a seguir:

- as capacitações, cursos e intercâmbios atenderam aos interesses e necessidades das comunidades;
- os intercâmbios, especificamente, propiciaram trocas entre os indígenas, possibilitando aprendizagem prática e reflexão;
- as capacitações em agroecologia e agroflorestas foram momentos de formação de caráter prático e participativo;
- o incentivo à recuperação das sementes tradicionais valorizou o conhecimento tradicional e ajudou a recuperar saberes e práticas;
- o apoio às atividades de gestão que já estavam sendo implementadas pelos indígenas trouxe benefícios diretos às comunidades;
- o incentivo às iniciativas das aldeias por meio dos Microprojetos possibilitou ações no chão com o protagonismo das comunidades, e, em muitos casos, possibilitou retomar ações que estavam paradas.

A seguir faremos uma breve explicação dos contextos regionais, ambientais e históricos que influenciaram a forma em que os temas de agroecologia, agroflorestas e restauração florestal se inseriram no Projeto GATI.



CONTEXTOS REGIONAIS, AMBIENTAIS E HISTÓRICOS



A agricultura indígena, que vem sustentando povos há milênios, tradicionalmente, era praticada sem nenhum insumo químico ou agrotóxicos e a circulação e conservação de sementes e outros propágulos se davam por meio de mecanismos culturais e redes sociais. Prática associada com os primórdios da agricultura, o cultivo de árvores como parte dos sistemas agrícolas continua a ser amplamente difundida, principalmente na

forma de quintais de fruteiras ao redor das casas e das aldeias. Para diversas etnias, especialmente na Amazônia, o cultivo de árvores frutíferas e outras espécies úteis também pode ser ampliado para as roças e capoeiras próximas de uma forma mais difusa, resultando em aglomerações de árvores úteis ao redor das aldeias e dos sítios de antigas moradias.



Vista da Aldeia Bacajá, na TI Trincheira-Bacajá (PA) da etnia Xikrin, mostrando os quintais de árvores frutíferas que circundam as casas

De forma geral, os territórios reduzidos que caracterizam a grande maioria das TIs que não se localizam na Amazônia são fatores que levam a um maior interesse em agroecologia, agroflorestas e restauração ecológica. Isto porque, em contraste com a Amazônia, onde geralmente há espaço territorial suficiente para desenvolver a agricultura tradicional de corte e queima, sem prejuízo à sustentabilidade ambiental, em TIs menores, a mesma técnica, sem

tempo suficiente para o pousio⁵, geralmente conduz à degradação do solo e à perda da produtividade agrícola. A própria falta de áreas de floresta onde possam ser feitas as “roças de toco” também pode induzir ao investimento em outras formas de agricultura, mais dependente do preparo mecanizado da terra e da utilização de insumos externos, tais como fertilizantes químicos, herbicidas e outros – o chamado modelo da “Revolução Verde”.

5 O pousio é um período de descanso de uma área cultivada, de tempo variável, onde o crescimento da vegetação espontânea recupera, pelo menos parcialmente, a fertilidade do solo.

Enquanto na Amazônia ainda se pratica, majoritariamente, sistemas tradicionais de agricultura, com pouca penetração das práticas de mecanização e uso de insumos químicos e sementes híbridas, nas outras regiões do país a situação é outra. Em muitos casos, houve mudanças profundas nos sistemas de produção, resultado de várias influências, seja da Funai, de órgãos extensionistas, ou de agricultores vizinhos das TIs. Entretanto, hoje surge um

movimento contrário, pois este modelo agrícola apresenta deficiências em relação à sua adequação à realidade dos povos indígenas e, em diversos casos, tem trazido sérios problemas às comunidades. Ao mesmo tempo, a busca por uma agricultura mais saudável, que cause menos impactos ambientais, também passa a fazer parte de uma luta pela terra e pelos direitos indígenas.

Colheita de mandioca na
TI Wajãpi (2009)



O modelo agrícola e a forma de uso da terra que causaram a perda da cobertura florestal nas TIs originaram várias situações de escassez dos recursos florestais importantes na vida dos povos indígenas. Desde matérias primas relacionadas às necessidades básicas, tais como madeiras e palhas para construção de moradias, material para artesanato, lenha para cocção dos alimentos, até plantas usadas como remédios ou em rituais e para outros usos. Além disto, há a perda de habitat para os animais de caça e a degradação dos recursos hídricos.

Diante deste quadro, as iniciativas agroflorestais trazem a possibilidade de conjugar a produção de alimentos com a restauração de florestas, podendo atender, pelo menos parcialmente, a questão da perda de recursos florestais. No entanto, há fatores de escala que precisam ser levados em conta, pois enquanto iniciativas de agroecologia e agroflorestas podem ser

implementadas em espaços relativamente reduzidos, como nos quintais das casas ou ao lado de uma escola, a restauração ecológica opera em outra escala, com paisagens mais amplas. Isto traz uma série de desafios, pois trabalhar na escala de paisagem implica em abordar outros conjuntos de fatores, tais como as divisões sociais internas que regem o uso do território e dos recursos naturais, ou pressões ambientais externas tais como fogo e entrada de gado, entre outras. Por exemplo, uma tecnologia de plantio de árvores, que mostra bons resultados em quintais ou roças, pode não ser a mais adequada para restauração de vegetação degradada no entorno de nascentes e beiras de rios, onde há outro conjunto de costumes e normas de uso por parte das comunidades. Ou seja, empreender iniciativas de restauração ecológica em TIs demanda não só conhecimentos e ações de caráter técnico, mas também abordagens e entendimentos de cunho sociológico.



Nhanderu Guarani Kaiowá benzendo sementes e mudas durante formação Mosarambihára na TI Jaguapiré (2015)

Em relação à demanda pela restauração ecológica, tanto o processo de formulação da PNGATI como a experiência do próprio Projeto GATI permitiu observar diferenças regionais marcantes. Especialmente fora da Amazônia, um número significativo de TIs representa situações em que o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas resultou na retomada e reconquista de seus territórios tradicionais. Muitos destes territórios, porém, hoje se encontram em estágio avançado de desmatamento e degradação ambiental, resultado da conversão de floresta para cultivos agrícolas e pastagens. Como consequência, perderam muitos dos recursos florestais importantes à subsistência e cultura indígena, bem como as funções ecossistêmicas associadas. Na TI Potiguar (PB), exemplo que será tratado em mais detalhe adiante, a retomada do território tradicional resultou na ocupação de áreas desmatadas para plantios de cana-de-açúcar, onde havia sido suprimida a vegetação nativa dos tabuleiros costeiros e de Áreas de Preservação Permanente (APPs), margeando cursos d'água e nascentes. Principalmente por esse motivo, e por opção dos próprios povos indígenas, as ações do GATI nos temas agroecologia, agroflorestas e recuperação ambiental encontraram maior ressonância nas Áreas de Referência fora da Amazônia. Mesmo assim, o Projeto GATI contabilizou também algumas iniciativas interessantes em TIs da Amazônia.



©Robert Miller

Oratório das "águas santas"
em área de nascente na TI
Mangueirinha (2016)

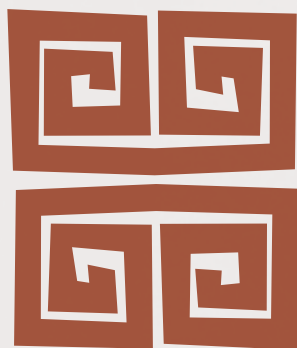
É importante frisar que iniciativas de restauração ecológica são também associadas a questões que vão muito além da produção de alimentos e madeira e provimento de serviços ambientais. Nas TIs, o trabalho com a restauração de florestas e a proteção de nascentes e outros corpos d'água, muitas vezes, tem uma dimensão cosmológica, pois estes lugares da paisagem são considerados como especiais ou sagrados, e são protegidos por entidades sobrenaturais. Esse aspecto reforça a importância de os povos indígenas serem os protagonistas no desenho e na execução de iniciativas de restauração ecológica nas suas terras.





Uma das cachoeiras da TI Manguueirinha, que são as chamadas de "águas santas" (2014)

MECANISMOS DE APOIO PARA AÇÕES COM AGROECOLOGIA, AGROFLORESTAS E RESTAURAÇÃO AMBIENTAL NO PROJETO GATI



Antes de detalhar os mecanismos que o Projeto GATI usou para operacionalizar suas ações nos temas agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental, é importante frisar que os consultores regionais contratados pelo Projeto, responsáveis pelos Núcleos Regionais do Projeto, foram peças fundamentais nessa equação. Por meio deles/as, foram levantadas e dimensionadas as demandas indígenas e, na sequência, articulados o apoio das Coordenações Regionais (CRs) e Coordenações Técnicas Locais (CTLs) da Funai e de técnicos e instituições parceiras, tanto governamentais como da sociedade civil.

O processo de sistematização da experiência do Projeto GATI apontou para diferentes mecanismos considerados eficazes no

atendimento aos interesses e necessidades das comunidades em relação aos temas deste volume. Em nível local, coube ao consultor regional operacionalizar estes mecanismos oferecidos pelo Projeto para realizar as ações previstas, fazendo a ponte com a Unidade de Gestão do Projeto (UGP) em Brasília. Essas ações, grosso modo, podem ser separadas entre os momentos de capacitação e troca de saberes, efetuados por meio de oficinas, cursos, intercâmbios e feiras de sementes, e o apoio ou incentivo às atividades que foram implementadas pelos indígenas nas suas próprias comunidades, seja por meio dos mecanismos como os Microprojetos ou pelos projetos do Edital PPP-GATI. Podemos incluir também nesta segunda categoria a aquisição de equipamentos e insumos, geralmente via as CRs.

A seguir, apresentamos uma descrição destes mecanismos e o relato de algumas das ações realizadas no âmbito destes.

INTERCÂMBIOS

Os intercâmbios mostraram-se uma ferramenta muito rica, proporcionando um diálogo direto entre indígenas. Quando os intercâmbios foram realizados localmente ajudaram a fortalecer redes locais de troca e solidariedade. A releitura de temas vindos de fora, como conceitos e técnicas de agroecologia, foi facilitada através dos intercâmbios e da construção de um novo conhecimento a partir do conhecimento indígena.

Os intercâmbios mais significativos relacionados aos temas deste volume foram:

- intercâmbio de 10 indígenas Terena e Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul e servidores para conhecer experiências de restauração de matas ciliares na TI Araribá (SP) e agroflorestas na Cooperafloresta em Barra do Turvo (SP), onde trocaram experiências com agricultores familiares (27/04 à 06/05/2013);
- intercâmbio de 23 indígenas Xokleng da TI Ibirama (SC) à Cooperafloresta (SP), com mais 5 participantes, entre consultora regional, colaborador, servidor Funai e servidores do Programa SC-Rural (02 a 06/05/2013);
- intercâmbio de 12 indígenas das TIs Pankararu e Kiriri para Projeto Frutos do Cerrado e a agroindústria Fruta Sã, em Carolina (MA), para conhecer o funcionamento do Projeto e as técnicas de beneficiamento de polpa de frutas do Cerrado (06 a 12/07/2013);
- intercâmbio de 15 Indígenas do povo Bakairi à Aldeia Barranco Vermelho do Povo Rikbaktsa (MT) para conhecer os projetos de extrativismo sustentável e boas práticas de manejo do látex da seringueira e castanha-do-Pará (31/07 a 04/08/2013);
- intercâmbio de 13 indígenas Xokó ao projeto de Agroecologia do Núcleo do Pajeú do Centro Sabiá (11 a 14/08/2013);
- intercâmbio de indígenas Guarani e Kaiowá e Terena do Mato Grosso do Sul e servidores Funai a centros de formação indígena na Amazônia, para embasar discussões sobre o tema formação para gestão territorial indígena em suas regiões (11-21/06/2013);
- intercâmbio de indígenas da Mata Atlântica Sul e Sudeste e servidores Funai a centros de formação indígena na Amazônia, para embasar discussões sobre o tema formação para gestão territorial indígena em suas regiões (15-25/05/2013);
- intercâmbio Tupiniquim e Guarani (ES) e Xacriabá (MG) para a Cooperativa Grande Sertão e Área de Experimentação e Formação em Agroecologia do CAA no norte de Minas Gerais (08-17/05/2015);

- intercâmbio de representantes das TIs do Núcleo Regional Mata Atlântica Sudeste, técnicos de Funai e de instituições parceiras para conhecer experiências de agroecologia e agroflorestas na Cooperafloresta, em Barra do Turvo (SP) (com apoio da Funai-CTL/SP e CATI; 10-13/09/2014 e 29/09 a 03/10/2014);
- intercâmbio de 8 Guaranis da TI Caieiras Velhas II (ES) para as TIs Guarani do Bracuí (RJ) e Ribeirão Silveira (SP) para conhecer experiências de agroecologia, reflorestamento e etnoecoturismo (01-07/06/2015);
- intercâmbio de 26 participantes Guarani e Kaiowá do Programa de Formação Mosarambihara e servidores Funai para conhecer sistemas agroflorestais no Assentamento Lagoa Grande (Itahun-MS) (10/12/2015);

- intercâmbio de 11 indígenas do povo Terena, entre professores, lideranças e pais de alunos da TI Cachoeirinha (MS), para conhecer a experiência de educação ambiental realizada na Aldeia Te'yikue (TI Caarapo-MS) e sistemas agroflorestais no Assentamento Lagoa Grande (Itahun-MS) (17-21/11/2015).

Os intercâmbios, especialmente aqueles que envolveram deslocamentos interestaduais, exigiram esforços das equipes envolvidas, organizados pelo consultor regional, em sintonia com a UGP, para resolver todos os aspectos logísticos, desde as articulações iniciais até a compra de passagens e/ou frete de meio de transporte, hospedagem e alimentação, entre outros detalhes.



Indígenas conhecendo o agrossistema do Sr. Milton na comunidade Carro Quebrado (Triunfo-PE), em intercâmbio promovido pelo Centro Sabiá e Projeto GATI (2014)

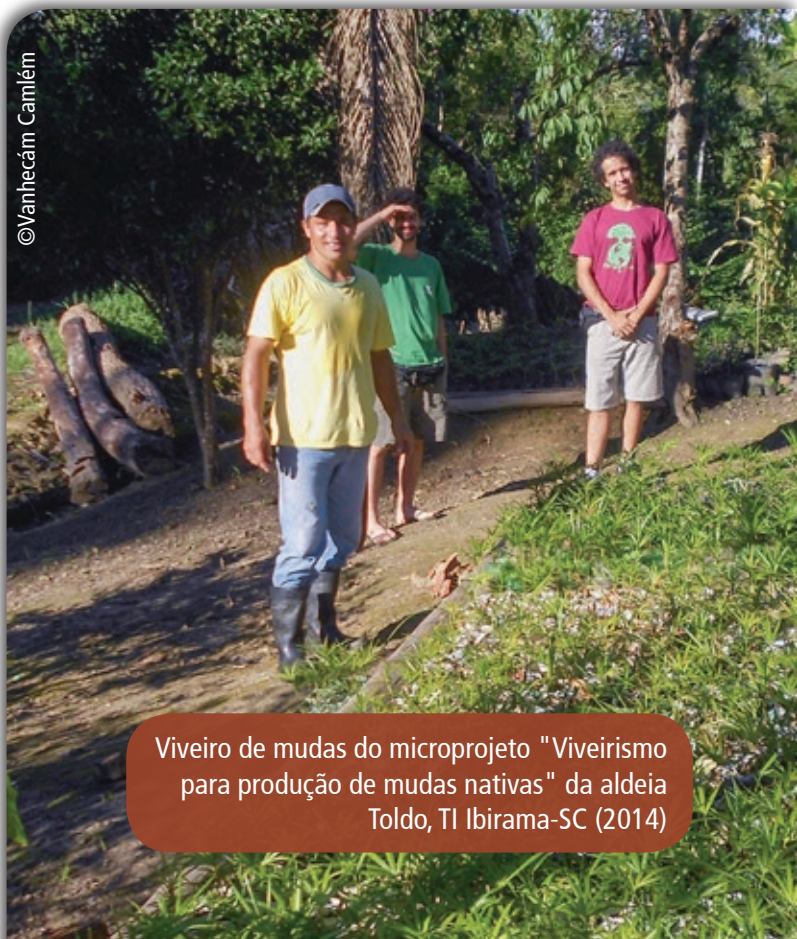
MICROPROJETOS

Os Microprojetos foram viabilizados por financiamentos individuais (pessoa física) de até R\$ 4000,00 em duas parcelas, para apoiar pequenos projetos envolvendo plantios agroflorestais, roças agroecológicas, educação ambiental, valorização das práticas e conhecimentos tradicionais, entre outros. Com pouca burocracia, foram facilmente executadas pelos próprios indígenas e, em diversas situações, serviram para complementar projetos maiores ou outras iniciativas em cursos.

Para acessar o financiamento, foi necessário elaborar a proposta, em formulário simplificado, geralmente feita com a ajuda do consultor regional, sendo a proposta encaminhada à UGP, junto com carta da comunidade endossando o proponente. Após recebimento e registro pela UGP, as propostas passavam por análise expedita por técnicos da CGGAM/Funai. Se as propostas fossem aprovadas, a parcela inicial era depositada na conta corrente do indígena proponente. A liberação da segunda parcela era realizada mediante análise de relatório simples, de preferência com fotos, sem obrigação de apresentar prestação de contas com notas fiscais ou recibos. A avaliação da execução da proposta se baseava na demonstração dos resultados atingidos. Mesmo assim, foi recomendado ao proponente manter documentos fiscais guardados, para fim de uma eventual prestação de contas a sua comunidade. O fechamento do Microprojeto se deu também por meio de relatório simples, basicamente, com fotos e algumas poucas informações a título de avaliação.

Dos 149 Microprojetos desenvolvidos, aproximadamente metade destes tratam de sistemas agroflorestais e reflorestamento.

É importante notar que o mecanismo dos Microprojetos tornou visível muitas iniciativas e demandas genuinamente locais de implantação de agroflorestas, recuperação de nascentes e outras ações semelhantes. Em muitas situações, há pessoas com interesse e vontade para trabalhar com esses temas, faltando somente um pouco de apoio. As comunidades reconhecem quem são as pessoas com esta vocação e o endosso formal exigido para aprovação do Microprojeto representou uma demonstração deste reconhecimento.



©Vanhecâm Camlém

Viveiro de mudas do microprojeto "Viveirismo para produção de mudas nativas" da aldeia Toldo, TI Ibirama-SC (2014)

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS

A história do “projetismo” junto a povos indígenas é recheada de exemplos de equipamentos e insumos adquiridos e não utilizados, às vezes abandonados ou estragados, tanto por falta de apoio técnico e capacitação para sua instalação, utilização e manutenção, como por diversos outros fatores. Por esses e outros motivos, o foco do Projeto GATI foi muito maior no fortalecimento do capital social do que na aquisição de bens e equipamentos. No entanto, em diversos momentos as atividades realizadas exigiram aportes de alguns materiais e insumos. Estes foram adquiridos por três principais mecanismos:

- para pequenos valores, tal como compra de materiais para oficinas e semelhantes, os consultores utilizaram o mecanismo de suprimento de fundos, de até R\$ 500,00;
- para valores até o equivalente a US\$ 2.500,00 (teto estabelecido pelo PNUD), foram realizadas compras por meio de licitação simplificada, com o mínimo de três cotações de fornecedores;
- compras maiores foram realizadas via licitação (pregão eletrônico) com recursos da Funai, administrada pela Coordenação Regional. Importante ressaltar que nem todas as CRs têm equipes habilitadas para esse procedimento, que é bastante complexo, e, mesmo naquelas com essa capacidade, o Projeto teve que dividir a atenção com outras demandas regionais.

PEQUENOS CONTRATOS PARA SERVIÇOS TÉCNICOS

Em diversas situações, os consultores regionais diagnosticaram a necessidade de capacitações ou apoio técnico em algum tema específico. Para atender a essas demandas, o Projeto utilizou o mecanismo de contratação de serviços técnicos, no valor de até US\$ 2.500,00 (teto estabelecido pelo PNUD). Os contratados exerceram atividades de caráter pontual e de curta duração, sendo que de 2013 a 2016, foram feitos um total de 34 pequenos contratos para realizar oficinas, capacitações e atividades semelhantes, incluindo, também, o registro e produção de material e registro audiovisual dessas atividades. Parte desses serviços contratados foi direcionada para auxiliar organizações indígenas na elaboração de propostas para editais e, posteriormente, no acompanhamento e na orientação técnica na execução de projetos.

Na maioria dos casos, as contratações foram demandadas pelos consultores regionais, que ajudaram a elaborar os termos de referência dos contratos, definindo o objeto do serviço e os prazos, entre outras questões relevantes.



CARTAS DE ACORDO

As Cartas de Acordo foram parcerias firmadas entre Funai, PNUD e instituições de âmbito regional com experiência de trabalho com povos indígenas e expertise demonstrada em determinado tema. Por meio das Cartas de Acordo, foi realizado o repasse de recursos para que as instituições parceiras desenvolvessem ações específicas nas Áreas de Referência, aprofundando e ampliando a execução do Projeto.

Foram firmadas sete cartas de acordo, sendo que três tiveram relevância específica aos temas de agroecologia, agroflorestas e restauração ambiental. Estas foram:

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ

O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá é uma organização não

governamental de Recife com mais de 20 anos de atuação na área de agroecologia junto a agricultores da zona da mata e semiárido pernambucano. Por meio de parceria do Projeto GATI com o Centro Sabiá, foram desenvolvidas ações de capacitações e assistência técnica nas TIs Entre Serras (PE), Kiriri (BA) e Potiguara (PB) no Núcleo Nordeste I. O Centro Sabiá promoveu diversas atividades de apoio à implantação de agroflorestas, tal como a instalação de viveiros, oficinas e acompanhamento técnico, e realizou o “Curso de Formação de Jovens Multiplicadores Indígenas de Agroecologia em Territórios Indígenas”. Este curso foi dividido em três módulos ocorridos em diferentes territórios: Pankararé (Glória/BA), Xucuru de Orubá (Pesqueira/PE) e Potiguara (PB) e teve como objetivo geral formar jovens indígenas em agroecologia para que estes pudessem implementar projetos nas suas comunidades e realizar acompanhamento técnico. Na visão do Centro Sabiá, a formação do jovem faz dele um multiplicador dos conhecimentos relacionados à agroecologia.

Jovens conhecem agroflorestas no território Xucuru de Ororubá (PE), durante o II Módulo de Formação Juventude Indígena, parceria Projeto GATI e Centro Sabiá (2014)



ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE REALIZADORES INDÍGENAS-ASCURI

Para desenvolver ações nas Áreas de Referência Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul (Núcleo Pantanal/Cerrado), o Projeto GATI firmou Carta de Acordo com a Associação Cultural de Realizadores Indígenas-ASCURI para implementar o Programa de Formação Mosarambihára-Semeadores. Embora as TIs Guarani e Kaiowá tivessem apresentado demandas para iniciativas agroflorestais consorciando erva mate e uma variedade de árvores nativas, percebeu-se que essa demanda deveria ser integrada a uma discussão mais ampla, trazendo para o debate o tema da agroecologia e da prevenção e do manejo do fogo, ao mesmo tempo em que reconhecesse e valorizasse os

conhecimentos tradicionais dos Guarani e Kaiowá. Nessa perspectiva, o Programa Mosarambihára foi concebido em conjunto com os conselheiros indígenas e outras lideranças como uma ação do Projeto GATI envolvendo as três Áreas de Referência - Pirakuá, Jaguapiré e Sessoró - e ainda, as TIs Caarapó e Panambizinho, por conta de suas experiências com agroflorestas e restauração ambiental. O Programa foi implementado por meio de módulos itinerantes, sendo desenvolvido um módulo em cada TI, com atividades de etnomapeamento, agroecologia, viveiros, sementes florestais e recuperação ambiental, a partir de iniciativas potenciais ou em andamento em cada TI. A equipe da ASCURI acompanhou os Mosarambihára por meio de monitoramento e nos “pré-módulos”, quando foram desenvolvidas atividades em preparação para o módulo realizado naquela TI.



Professor Eliel Benites faz simulação do arranjo de mudas para plantio ao redor de nascente, durante módulo Mosarambihára na TI Jaguapiré (2015)

Alunos do Mosarambihára fazendo atividades para recuperação em torno de nascente na TI Jaguapiré (2015)





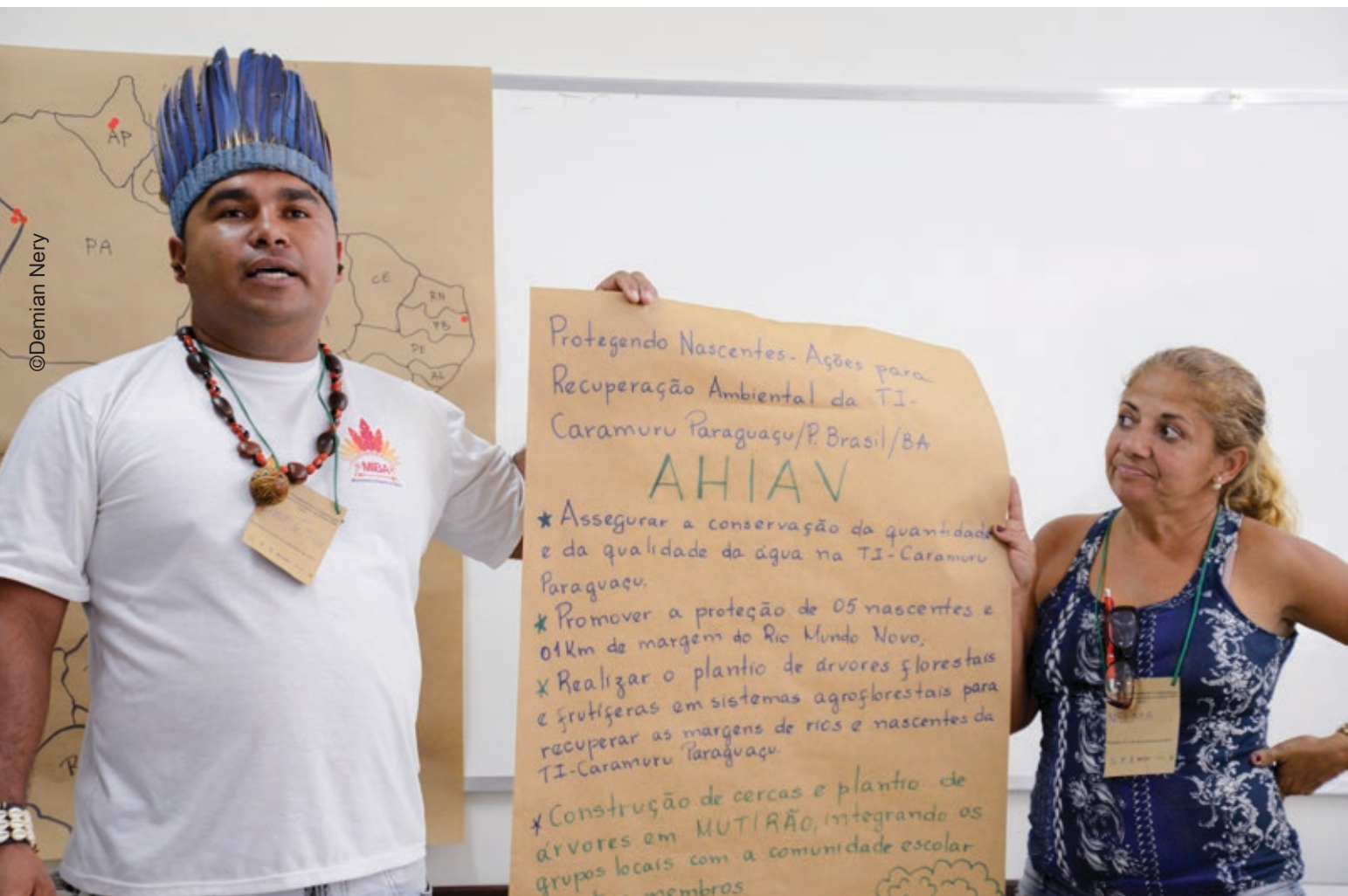
INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA - ISPN (BRASÍLIA)

Outro mecanismo importante, para apoiar e consolidar iniciativas em curso, foi o Edital do Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PPP-GATI), desenvolvido com apoio do Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, por meio de Carta de Acordo com o Projeto GATI. O ISPN trouxe seus 20 anos de experiência na execução de recursos do Fundo para o Meio Ambiente

Mundial-GEF no Programa de Pequenos Projetos Ecosociais (PPP-Ecos), adaptando sua metodologia para as necessidades do Projeto GATI. Os projetos do Edital PPP-GATI, com valor de até R\$ 40.000,00, foram direcionados para associações indígenas ou entidades parceiras, e tiveram as primeiras parcelas pagas em novembro/2015 e foram executadas ao longo do primeiro semestre de 2016.

Dos 37 projetos aprovados, para 26 Áreas de Referência, aproximadamente a metade tratou de iniciativas de recuperação ambiental e agroflorestas.

✓ Apresentação do projeto da TI Caramuru-Paraguassu na oficina do PPP GATI promovida pelo ISPN em Brasília (2015)

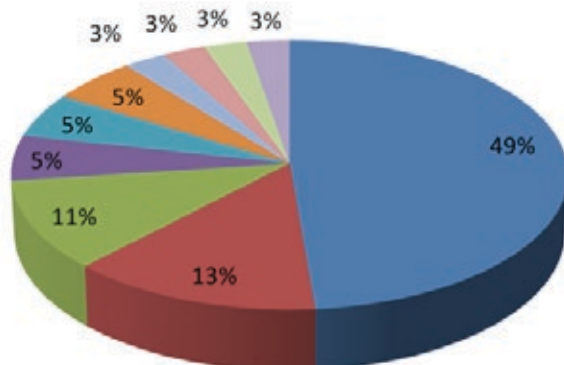




Plantio de seringueira em pastagem degradada na TI Araribá-SP, apoiado por projeto PPP-GATI



Distribuição dos 37 projetos do Edital PPP-GATI de acordo com seus temas



- Agrofloresta
- Recuperação ambiental
- Manejo e criação de fauna
- Construção/Arquitetura tradicional
- Gestão
- Vigilância e Monitoramento
- Agroecologia
- Apicultura
- Extrativismo
- Manejo do fogo

QUATRO EXPERIÊNCIAS REGIONAIS
DO PROJETO GATI COM
AGROECOLOGIA, AGROFLORESTAS E
RESTAURAÇÃO AMBIENTAL



Legenda

● Áreas de Referência - GATI

Núcleos regionais

Amazônia - Central/Ocidental e Oriental

Amazônia - Cerrado

Mata Atlântica - Sul e Sudeste

Nordeste I e II

Pantanal - Cerrado

Estados sem Áreas de Referência

NÚCLEO REGIONAL NORDESTE I: “AGITAÇÃO” AMBIENTAL NA TERRA INDÍGENA POTIGUARA

Os Potiguara da Paraíba vivem numa faixa litorânea de Mata Atlântica entre os rios Camaratuba (ao norte) e o Mamanguape (ao sul), num território mantido à custa de resistência frente a diferentes invasores em momentos distintos da sua história.

A situação ambiental do território Potiguara está diretamente relacionada à luta dos indígenas pela sua permanência na terra e a demarcação do território. No início do século XX, a área dos antigos aldeamentos onde viviam os Potiguara já havia sido em parte loteada, arrendada e vendida para grandes proprietários. Entre esses proprietários, a Companhia de Tecidos Rio Tinto, invadiu grandes extensões da área indígena, cortando madeira de lei para a construção da fábrica e produção de carvão para alimentar suas máquinas.

A maior devastação, no entanto, seria causada pela chegada das usinas de cana-de-açúcar e destilarias de álcool a partir de fins dos anos 70, no contexto do Programa Nacional do Álcool. Estas se instalaram na região e invadiram o território Potiguara, atraídos pelos terrenos planos dos tabuleiros⁶, suprimindo importantes

áreas de coleta de frutos como a mangaba, o caju e o coquinho batibutá, substituídas pelas monoculturas de cana. Diante dessa situação, os Potiguara se mobilizaram com mais força pela demarcação do seu território, sendo a primeira parte, a TI Potiguara, demarcada entre 1983 e 1984. No entanto, essa demarcação deixou de fora áreas importantes para os índios, que continuaram a luta conseguindo que fosse homologada em 1993 a TI Jacaré de São Domingos.

A última Terra Indígena a ser demarcada, a TI Potiguara de Monte Mor, foi reconquistada pelos Potiguara a partir da ocupação dos canaviais por roças e sítios⁷. Quando os usineiros colhiam a cana, os índios logo plantavam mandioca consorciada com mudas de cajueiro, coqueiro e outras fruteiras de interesse que viriam a conformar o sítio, onde logo seriam construídas casas de taipa. E, assim, as usinas foram sendo expulsas do território. O reflorestamento começou e continua em muitas circunstâncias a ser utilizado pelos Potiguara como uma estratégia de retomada do seu território.

⁶ Os tabuleiros são as áreas altas e planas do território onde predominam árvores como a mangabeira e o cajueiro e são locais que garantem a sobrevivência de famílias que se dedicam à coleta desses frutos. Essa categoria coincide com o que a geografia denomina de Tabuleiros Costeiros.

⁷ Os Potiguara denominam sítio uma área de fruteiras e outras árvores ao redor das casas.



Roças de mandioca onde antes
estavam os canaviais (2008)



Em muitas das mais de 30 aldeias no território há pessoas dedicadas à produção de mudas de árvores e reflorestamento de nascentes e tabuleiros. As maiores escolas desenvolvem atividades de gestão ambiental como manter viveiros de mudas, hortas orgânicas e roçados e também realizam aulas de campo e mutirões de reflorestamento.

A Funai local, através do seu coordenador, Irenildo Gomes, e algumas lideranças esforçam-se para monitorar o território coibindo a ação de madeireiros. Outro servidor da Funai local, Luiz Pereira, índio Potiguar e técnico agrícola, apoia iniciativas locais de produção de mudas de árvores

nativas e frutíferas e de reflorestamento, ele próprio mantendo um viveiro de mudas no quintal de sua casa, na aldeia Camurupim.

Existem ainda iniciativas de algumas lideranças, ainda que pontuais, que buscam fomentar atividades alternativas ao plantio de cana de açúcar, à extração de madeiras de lei e à produção de carvão para comercialização. A aldeia São Francisco, a “aldeia mãe”, vem buscando meios para fortalecer os catadores de mangaba, cuja sobrevivência depende dos tabuleiros preservados: mudas de mangabeira são constantemente produzidas para enriquecer os tabuleiros.

Mudas de mangabeira no viveiro de Alcides Potiguara, apoiado por microprojeto (2014)



Caciques de aldeias, como Lagoa do Mato, Cumaru e Tracoeira, procuram conter o desmatamento em suas terras. Na aldeia Monte Mor, o cacique promoveu a horticultura e a fruticultura orgânica conseguindo parceria com prefeitura e universidade para o escoamento e comercialização dos produtos. Ao mesmo tempo, a área, que havia sido desmatada pelas usinas, vem sendo reflorestada desde as margens do rio que corta a aldeia com o plantio de roças consorciadas com árvores frutíferas. Nesse movimento, trechos do rio que já estavam quase secos, estão se recuperando e muitas nascentes, antes secas, voltaram a minar água.

Esse foi o contexto encontrado pelo Projeto GATI em maio de 2012 quando aconteceu a reunião de esclarecimento na TI Potiguara, dando início às ações do Projeto nessa Área de Referência. A partir daí, em estreito diálogo com a Funai local, os grupos e indivíduos do território Potiguara, envolvidos com ações de gestão ambiental, foram identificados e chamados a construir propostas que poderiam fortalecer essas iniciativas.

Diante das dificuldades operacionais e financeiras enfrentadas pela Funai, a estratégia de pequenas doações por meio dos Microprojetos do Projeto GATI, de até R\$ 4.000,00 mostrou-se bastante adequada à realidade local, pois viabilizou a agilidade no investimento em ações de interesse e relevância para os Potiguara, na conservação e recuperação ambiental do seu território.

Entre 2014 e 2015, foram executados seis Microprojetos, sendo cinco voltados para ampliação de viveiros de quintais e um deles destinado à confecção e instalação de placas de identificação de áreas definidas pelos Potiguara como sendo de preservação e recuperação ambiental ou de importância cultural. Nos viveiros de quintais foram produzidas, ao todo, 41 mil mudas por cinco indígenas: Josecy, pajé da aldeia Três Rios e José Alberto da mesma aldeia; Aníbal, cacique da aldeia Jaraguá; Alcides, cacique da aldeia São Francisco; e Marcos, da aldeia Lagoa do Mato. Essas mudas foram doadas para as escolas que já realizavam mutirões de reflorestamento e também foram utilizadas na implantação de sistemas agroflorestais experimentais.

Como resultados, destaca-se o reflorestamento de áreas degradadas em diversas aldeias, totalizando aproximadamente 60 hectares; o enriquecimento de roçados de diversos agricultores com mudas frutíferas, fortalecendo a estratégia da diversificação da produção; e o fomento de atividades de educação ambiental. Os Microprojetos, segundo seus beneficiários e técnicos da Funai local, teriam valorizado e dado visibilidade às iniciativas de gestão ambiental nas aldeias. Os Microprojetos de produção de mudas contribuíram ainda para a implantação de sistemas agroflorestais experimentais e para atividades de educação ambiental das escolas⁸.

⁸ Fonte: Relatório referente a Microprojetos de reflorestamento na Terra Indígena Potiguara da Paraíba, elaborado pelo técnico da CTL de Baía da Traição, Luiz Pereira através do MEMO 020/CTL-BT-PB/FUNAI. Baía da Traição. 19 de fevereiro de 2015.



Ação de reflorestamento na Ilha das Moças promovida pela Escola Cacique Iniguaçu da aldeia Tramataia (2014)

Os sistemas agroflorestais (SAFs) experimentais foram implantados através de uma parceria (Carta de Acordo) do Projeto GATI com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Por meio de oficinas e assistência técnica quase semanal aos agricultores indígenas, foram implantados e permanecem sendo manejados oito SAFs em quatro aldeias: Jacaré de São Domingos, Jacaré de César, Galego e São Francisco.

O Centro Sabiá apostou também no protagonismo dos jovens potiguaras que foram convidados a participar de uma formação em agroecologia organizada em três módulos itinerantes que aconteceram em outros territórios indígenas e também no território Potiguar. Nessa formação os jovens potiguaras conheceram outras realidades, com destaque para a experiência do povo Xukuru de Ororubá, que há alguns anos desenvolve ações de resgate da agricultura tradicional xukuru.

Além dos jovens indígenas, também os professores, lideranças e agricultores potiguaras participaram de intercâmbios para conhecer comunidades onde o Centro Sabiá atua e os agricultores têm um trabalho sólido com sistemas agroflorestais: produzem, beneficiam e comercializam a produção garantindo a segurança alimentar da família e gerando renda.

A atuação das escolas também foi fundamental nesse processo. Escolas como a Pedro Poti da aldeia São Francisco, Cacique Iniguaçu da aldeia Tramataia, Guilherme da Silveira da aldeia Monte Mor, a Escola da aldeia Akajutibiró e a da aldeia Três Rios trabalham a questão ambiental nos seus currículos e estiveram envolvidas nas ações do Projeto GATI.

A Escola Cacique Iniguaçu da aldeia Tramataia, por exemplo, desenvolve anualmente a Semana Ambiental, quando apresenta para a comunidade os projetos ambientais desenvolvidos pela escola, entre eles, o de reflorestamento de uma área conhecida como Ilha das Moças. A escola foi uma das que recebeu doação de mudas dos Microprojetos e o seu diretor participou das atividades desenvolvidas pelo Centro Sabiá – oficinas de agroecologia e intercâmbios. Em 2015, uma associação gerida pelos educadores da escola aprovou um projeto através do edital PPP-GATI com o objetivo de ampliar a área de reflorestamento, dar maior visibilidade à Semana Ambiental na comunidade e proporcionar intercâmbio entre as escolas que desenvolvem trabalhos na mesma linha e que estiveram em diálogo com ações do Projeto GATI. O diretor da escola e os professores idealizadores do Projeto disseram que “o edital caiu como uma luva, pois a gente já fazia tudo isso mesmo sem recurso”. Com o Projeto eles irão atingir um público ainda maior, poderão produzir mais mudas e ampliar a área de reflorestamento adotada pela escola.

Tanto a Funai local quanto os Potiguaras envolvidos nas ações do Projeto GATI avaliam positivamente as ações executadas através dos Microprojetos e do Centro Sabiá, destacando como pontos positivos justamente a valorização dos conhecimentos indígenas e o apoio às iniciativas de gestão ambiental do próprio povo Potiguar. Eles relatam ainda que antes, quando falavam em preservação, a comunidade ria e não levava a sério, mas hoje, muitas pessoas enxergam a importância de se pensar na qualidade ambiental para as futuras gerações.

A interação entre essas iniciativas e ações parece ter provocado uma verdadeira “agitação” em torno da questão ambiental no território e contribuiu para o fortalecimento do Grupo Ambiental Avenças da aldeia São Francisco. O jovem coordenador do grupo, Guaracy, conta que em 2012 choveu muito pouco na região e o braço do rio Sinimbu que passa na aldeia São Francisco quase secou: as pessoas o atravessavam “com a água nas canelas”. Sensibilizado, ele começou a conversar com alguns professores e pessoas recém-formadas nas universidades próximas, preocupado com as nascentes e matas que vinham sendo derrubadas. Em 2013, o grupo passou a se reunir com certa frequência e em 2014, ouviram falar que havia uma política que apoiava a questão ambiental nas Terras Indígenas. Por meio da Funai local, ficaram sabendo do Projeto GATI e começaram a acompanhar o técnico do Centro Sabiá nas suas atividades;

apoiaram a instalação das placas e plantio de mudas dos Microprojetos e contribuíram em atividades de educação ambiental das escolas. Segundo o coordenador do grupo, hoje, muitas pessoas da comunidade estão preocupadas em preservar o meio ambiente, mas precisa haver pessoas à frente mobilizando, conscientizando e buscando alternativas.

A proposta do Projeto GATI encontrou um terreno fértil no território Potiguar, na medida em que as ações se integraram à lógica potiguar de recuperação e preservação ambiental e foram apropriadas por eles à sua maneira. Ou seja, a escola continuou fazendo o que já fazia, assim como os agricultores, as lideranças e a própria Funai local, mas viram-se fortalecidos por uma rede de troca e solidariedade que se evidenciou ao longo do processo, através dos encontros, oficinas, intercâmbios e demais atividades.



NÚCLEO REGIONAL MATA ATLÂNTICA SUDESTE: A EXPERIÊNCIA COM RESTAURAÇÃO AMBIENTAL E AGROFLORESTAS NA TERRA INDÍGENA GUARANI DO BRACUI (SP)

A TI Guarani do Bracuí está localizada no sul do Rio de Janeiro, no município de Angra dos Reis. Possui extensão de 2.127 ha e é habitada tradicionalmente pelos Guarani. Ali a comunidade Guarani, com apoio da Funai, Emater e do Projeto GATI, vem desenvolvendo ações de implantações de agroflorestas em áreas degradadas, com reflorestamento de espécies nativas da região com palmeiras, principalmente a juçara e guaricanga, além de espécies amazônicas, como o açaí e pupunha. A guaricanga (*Geonoma* sp.) é uma espécie muito importante na cultura Guarani, pois produz a palha preferida para a cobertura de casas.

A produção agroflorestal é uma tradição das comunidades Guarani, que, tradicionalmente, enriquecem seus pátios e quintais com espécies de interesse alimentar e medicinal. Fazem suas roças em um sistema de rodízio, através do pousio e da recuperação de áreas utilizadas para produção de alimentos, com o plantio de espécies arbóreas de seu interesse. O histórico de projetos de recuperação ambiental com o plantio de palmeiras na TI Guarani do Bracuí vem propiciando um acréscimo no montante de espécies plantadas anualmente e na quantidade de áreas recuperadas. Levando em consideração esta tradição Guarani e o interesse da comunidade da Tekoa

Sapukai (nome Guarani da TI), o Projeto GATI e a Funai apoiaram a compra de aproximadamente 70.000 mudas de palmeiras e outras espécies arbóreas de interesse da comunidade. O plantio destas mudas contribuiu para a recuperação de aproximadamente 50 ha de área degradadas por roças e antigas ocupações, nas proximidades dos pátios familiares. Além disso, o Projeto GATI apoiou também a participação de alguns dos agricultores indígenas em intercâmbios de capacitação e a realização de oficinas para implantação de módulos agroflorestais na TI.

Diferente de outras TIs onde os Microprojetos foram fundamentais para a implantação de agroflorestas e atividades afins, no Bracuí os oito Microprojetos foram direcionados para apoiar a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA). No entanto, o projeto aprovado no edital PPP-GATI, “Vamos plantar preservando o Ambiente”, foi fundamental para apoiar os trabalhos em curso com plantios agroflorestais e restauração ambiental. A implementação do Projeto PPP-GATI coincidiu com o recebimento das mudas nos viveiros da aldeia e, por meio do apoio à realização dos mutirões, permitiu um esforço concentrado por parte da comunidade, que conseguiu plantar todas as mudas adquiridas.

A TI está em processo de elaboração do seu Plano de Gestão Ambiental e Territorial, no qual o tema recuperação ambiental é

norteador para definição de estratégias que garantam o equilíbrio entre as atividades tradicionais com a conservação ambiental.

Crianças Guarani participam de atividades de reflorestamento com palmeira juçara na TI Guarani do Bracuí (2014)



NÚCLEO REGIONAL PANTANAL/CERRADO: AGROECOLOGIA COM OS TERENA DO MATO GROSSO DO SUL

Neste Núcleo, destacaram-se duas frentes que desenvolveram ações nos temas agroecologia, agroflorestas e recuperação ambiental. Essas frentes seguiram a principal divisão étnica do Mato Grosso do Sul, sendo uma frente o Programa de

Formação Mosarambihara-Semeadores, desenvolvida com os Guarani e Kaiowá, e já descrita na parte deste livro que tratou das Cartas de Acordos. A outra frente foi desenvolvida junto ao povo Terena e será apresentada a seguir.

O povo Terena se considera por essência agricultor. Muitos dos conhecimentos tradicionais de agricultura ainda são praticados nas TIs, porém por um número cada vez menor de pessoas. Uma das razões é o tamanho das TIs, que não oferecem espaço suficiente para toda a população que vem aumentando a cada ano. E apesar de estudos feitos pela Funai terem identificados áreas de território tradicional para ampliação das TIs, boa parte ainda não está regularizado, encontrando-se nas mãos de terceiros, com várias situações de conflito. Com essa situação, a busca por trabalhos assalariados nas cidades é cada vez maior e, conseqüentemente, a prática agrícola enfrenta mais dificuldades.

No passado, muitos agricultores Terena foram induzidos pelo próprio Estado brasileiro a praticar a agricultura mecanizada, baseada no monocultivo, com utilização de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Além de agravar o desgaste do solo para o cultivo, este modelo criou uma dependência com a Funai para o fornecimento de sementes e o preparo do solo que, com a diminuição da capacidade do órgão, inevitavelmente, levou a atrasos neste atendimento, afetando a produção. Tudo isto, associado à tendência global de queda de preços dos grãos ao longo das décadas, não tem permitido que os agricultores Terena retirem das suas roças uma renda mínima para manterem suas famílias, pelo menos no modelo agrícola atualmente praticado.

Embora tenham orgulho de serem reconhecidamente grandes agricultores, há também a consciência de que a adoção de “modelos equivocados” de produção fragilizou a autonomia da atividade agrícola indígena, como também tem causado a degradação de nascentes e matas ciliares. Neste contexto, a proposta de uma agricultura de base ecológica, uma “agroecologia indígena” protagonizada pelos índios, chamou a atenção dos Terena que estavam se envolvendo com as ações do Projeto GATI, especialmente na TI Cachoeirinha. Este interesse foi mais forte no grupo de lideranças da Aldeia Mãe Terra, uma ‘área de retomada’, recuperada pelos Terena em 2005, pois ficara fora da terra originalmente demarcada mas, posteriormente, incluída na área ampliada. Além da retomada da terra, as famílias que lutaram por esta área e fundaram a aldeia também buscam retomar alguns valores tradicionais e modos de vida, como bem sintetiza o nome pelo qual foi batizada a nova aldeia – Mãe Terra.

Além das articulações internas realizadas pelos conselheiros Leosmar Antônio e Inácio Faustino⁹ nesta fase inicial do Projeto GATI, outro fator que merece ser mencionado foi a contratação pelo Projeto de duas consultorias especializadas para assessorar as Áreas de Referência do Núcleo Pantanal/Cerrado, uma na área de Agroflorestas e outra para Formação Indígena, temas já identificados como sendo importantes para a região.

⁹ Indígenas escolhidos para representar a TI Cachoeirinha no Conselho Regional do Núcleo Pantanal/Cerrado.



Na TI Cachoeirinha, a primeira oficina de Agrofloresta ('Produção Agroecológica em Agrofloresta Sucessional') foi realizada entre os dias 4 e 6 de fevereiro de 2013 com um grupo de 17 participantes. Em grande parte, tratava-se de agricultores e agricultoras que já haviam sido convidados pelos conselheiros a participarem das atividades do Projeto e que enxergaram na oficina uma oportunidade de melhorar a sua produção. A oficina foi ministrada pela consultora de Agrofloresta Jéssica Lívio Pedreira e pelo agricultor e assessor da Cooperafloresta Namastê Messerschmidt.

Esta primeira oficina é vista como o marco de surgimento do grupo que, posteriormente, passou a se autodenominar 'Família GATI' e que mais recentemente constituiu uma organização jurídica denominada Organização Caianas. Após o término da oficina, o grupo decidiu continuar os encontros, uma vez que a assessoria técnica por parte do Projeto GATI não seria constante, já que havia outras cinco TIs na região a serem atendidas, dentre outras atividades previstas em seu contrato. O grupo passou a realizar mutirões durante os finais de semana para

implantar e manejar agroflorestas nos quintais de todos os participantes. Antes dos mutirões, o grupo se reunia para fazer o planejamento conjunto da agrofloresta, a ser implantada de acordo com as mudas e sementes disponíveis, trazidas pelos participantes. Desta forma, discutiam e aplicavam os conhecimentos obtidos

durante a primeira oficina, além de agregar outros, como os conhecimentos próprios dos Terena relacionados à agricultura e ao meio ambiente que também foram resgatados nessas ocasiões e que, muitas vezes, estavam de acordo com as orientações da Agroecologia.

O CURSO DE AGRICULTOR AGROFLORESTAL (IFMS/PRONATEC) E AS PARCERIAS INSTITUCIONAIS

Outro fator que também contribuiu para o sucesso do Projeto GATI na TI Cachoeirinha foi o estabelecimento de parcerias sólidas com instituições locais, dentre as quais o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul (IFMS) - Campus de Aquidauana e a Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS).

A ideia de acessar um curso oferecido pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC surgiu de uma articulação entre a consultora regional do GATI, Graziella Reis de Sant’Ana, os conselheiros Leosmar e Inácio e o professor do IFMS¹⁰, Aislan Vieira de Melo. A realização de um curso visava atender à demanda do grupo ligado ao Projeto GATI que estava em busca de maiores conhecimentos e orientações práticas na área da agroecologia.

Após um rico processo de discussões e de construção conjunta, que demorou cerca de um ano, o curso aconteceu no período de 26 de abril a 29 de julho de 2014, com 200 horas/aula. As cinco disciplinas obrigatórias – ‘Comunicação e Expressão’, ‘Matemática Aplicada’, ‘Orientações para Atuação Profissional’, ‘Ética, Cidadania e Trabalho’ e ‘Empreendedorismo’ – foram adaptadas para atender às demandas do grupo. Por exemplo, a disciplina ‘Ética, Cidadania e Trabalho’ abordou os direitos indígenas, enquanto a disciplina ‘Empreendedorismo’ discutiu o processo de criação de uma organização jurídica, além das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e indígena. As cinco disciplinas específicas foram: ‘Conhecimento Agrícola Tradicional e as Transformações ao longo do Tempo’, ‘Cultivo de Espécies Agrícolas’, ‘Implantação de Sistemas Agroflorestais’, ‘Cultivo de Espécies Florestais’ e ‘Modelo e Arranjo de Sistemas Agroflorestais’. Estas disciplinas foram ministradas por sete instrutores selecionados por meio de processo seletivo público, dentre os quais, quatro eram Terenas.

¹⁰ Os cursos oferecidos pelo PRONATEC podem ser acessados e executados por algumas instituições federais, dentre as quais os Institutos Federais – IFs.



As aulas aconteceram durante os finais de semana, em esquema de rodízio nas seis aldeias da TI Cachoeirinha. Dentre os 40 cursistas matriculados, entre agricultores, professores, estudantes e lideranças, haviam 22 mulheres e 18 homens, com idades entre 16 e 73 anos e escolaridade que variava desde o ensino fundamental incompleto até o terceiro grau completo. Esta diversidade foi um ponto forte do curso, pois criou o ambiente propício para uma rica troca de saberes e perspectivas. Dentre os 40 cursistas matriculados, somente 9 desistiram, o que foi considerado um índice de aproveitamento excelente no âmbito dos cursos PRONATEC/IFMS. Paralelamente, a

Coordenação Regional da Funai em Campo Grande adquiriu, por meio de processo licitatório, 26 “kits” de ferramentas, insumos e equipamentos tais como caixas d’água, o que foi essencial para que os cursistas colocassem em prática os conhecimentos sendo trabalhados.

Esta foi uma iniciativa exitosa de acesso a um programa proveniente de uma política pública que a princípio não foi pensado para o público indígena, mas que, por meio do engajamento e articulações realizadas pelos Terena e seus parceiros, foi possível direcionar para a construção de um curso de fato diferenciado e que superou as expectativas de todos os envolvidos.



©Robert Miller

O jovem Saulo Terena, num dos canteiros agroecológicos cultivados pela sua família (2014)

Em paralelo às oficinas e ao curso, os Terena sonhavam com o que inicialmente foi chamado de “Casa de Formação” e na sequência passou a ser *Ovoku Tumuné Terenoe* – ‘Espaço do Futuro Terena’. Seria uma ‘casa’ cercada de sistemas agroflorestais, a sede da Família GATI/Organização Caianas, onde aconteceriam os encontros do grupo, como também uma série de capacitações, cursos e oficinas, em temáticas ambientais e ‘culturais’, como os cantos e rezas Terena, cerâmica e plantas medicinais, entre outros. Para este espaço, as lideranças da Aldeia Mãe Terra designaram (doaram) uma área de 5 hectares de grande relevância ambiental, pois dentro dela existem três nascentes, e também de relevância histórica, onde 30 famílias permaneceram acampadas durante o processo de retomada desta terra. A área, hoje, encontra-se bastante degradada; a ideia, justamente, é demonstrar que conseguem reflorestá-la e recuperá-la.

Com apoio do Projeto GATI (Edital PPP-ECOS - ISPN/ Projeto GATI), a estrutura básica do espaço está sendo construída e a área está sendo reflorestada.

Outro desdobramento do movimento agroecológico/agroflorestal na TI Cachoeirinha é a inserção da disciplina Agroecologia Terena na grade curricular das escolas da TI. Esta ação foi desenvolvida com o apoio da consultora Ingrid Weber e envolveu a elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Felipe Antônio, à qual a escola da aldeia Mãe Terra está vinculada.

Nos dias 03-04 de junho de 2016, os Terena da Organização Caianas realizaram uma iniciativa inédita no Mato Grosso do Sul, o AGROECOINDÍGENA 2016,

com a participação estimada de mais de 1.000 pessoas, incluindo indígenas de 26 aldeias, representando 6 etnias de 9 municípios do estado. Este evento, realizado na cidade de Miranda com o apoio da Prefeitura Municipal, da Embrapa Agropecuária Oeste, da Embrapa Pantanal, da Agraer, do IFMS, da UFMS, da UEMS e do Projeto GATI, constitui um espaço específico para os povos indígenas do estado refletirem e fortalecerem a Agroecologia Indígena e, também, mostrarem à sociedade o importante papel que cumprem na manutenção da biodiversidade brasileira. Entre as atividades do AGROECOINDÍGENA foram realizados o Encontro dos Agricultores e Agricultoras Indígenas, a Feira de Etnovariedades Indígenas, o Seminário de Sistemas Agroflorestais Indígenas, visitas a campo na TI Cachoeirinha para conhecer as experiências com agroflorestas e produção agroecológica e também diversas oficinas, que trataram de temas tais como enxertia de frutíferas, apicultura e meliponicultura, propagação de espécies nativas, piscicultura, criação de galinha caipira, artesanatos com fibras e processamento de mandioca e frutas.

Os temas agroecologia, agroflorestas e restauração ecológica trazidas pelo Projeto GATI encontraram um terreno fértil com os Terena da TI Cachoeirinha, pois se mostraram como instrumentos para atender a outros anseios, tal como a produção de alimentos saudáveis e o resgate da cultura. Porém, estavam em total coerência, principalmente, com o objetivo maior de luta pelos direitos à terra e à autonomia, ao mesmo tempo em que propiciaram ações convergentes que buscam, sobretudo, fortalecer a filosofia e os valores da agricultura tradicional Terena.



▲ Sra. Maria Belizária, da TI Cachoeirinha fala da produção agroflorestal apoiada pelo Projeto GATI (2014)

NÚCLEO REGIONAL AMAZÔNIA CENTRAL/OCCIDENTAL: AGROFLORESTAS COM GUARANÁ E PAU ROSA NA TI ANDIRÁ-MARAU (AM/PA)

A TI Andirá-Marau está localizada entre os estados do Amazonas e Pará, com 788.528 hectares de extensão e uma população de mais de 5.250 indígenas do povo Sateré-Mawé. Os Sateré-Mawé se consideram o “povo do guaraná” e este produto tem se tornado uma das principais fontes de renda da TI, com exportação por meio do mercado justo e outras iniciativas para

Itália, França e outros países. Nos últimos dez anos (2006-2015), a produção média de guaraná nas duas calhas de rios (Andirá e Marau), e repassada ao Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), tem sido de em torno de 5,6 toneladas/ano¹¹.

¹¹ Fonte: Relatório técnico do manejo de Guaranazais na etnia Sateré-Mawé; Clara Vignoli/INPA, 2016

O guaraná (*Paulinia cupana* var. *sorbilis*) é cultivado em sistemas agroflorestais biodiversos, sem insumos químicos. As mudas que compõem os guaranazais são na maioria obtidas de matrizes de guaraná que crescem na floresta. Atualmente, os Sateré-Mawê estão buscando o reconhecimento dessa prática por meio do processo de registro de “Denominação de Origem” do guaraná junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual-INPI, com apoio da Coordenação de Indicação Geográfica do MAPA. Para os Sateré-Mawê, o selo de Denominação de Origem reconhecerá legalmente a diferenciação do guaraná que produzem, tanto pelas características ambientais específicas da TI, como pelo emprego das práticas tradicionais de cultivo e beneficiamento que resguardam a diversidade genética da espécie, pelo fato das mudas serem colhidas de matrizes semissilvestres em áreas de floresta distantes das aldeias. Procuram, assim, diferenciar o guaraná produzido pelos Sateré-Mawê daquele produzido por outros agricultores da região, onde há uma crescente utilização de clones desenvolvidos pela Embrapa.

Mais recentemente, foi desenvolvido o Projeto Waraná com o objetivo de apoiar atividades produtivas sustentáveis com ênfase na agroecologia, como a produção de mudas, implementação de sistemas agroflorestais, capacitação na coleta de sementes florestais,

implantação de hortas escolares e produção de composto orgânico, visando a segurança alimentar e geração de renda das comunidades indígenas. A iniciativa foi financiada pela Petrobrás Ambiental e desenvolvida em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (Inpa), o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawê (CPSM), a Secretaria de Produção Rural do Amazonas (Sepror), o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam), o Instituto Federal do Amazonas (Ifam), e o Centro de Sementes Nativas do Amazonas (CSNAM) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). No âmbito desta iniciativa o Projeto GATI contribuiu com apoio para a realização da I Feira de Troca de Sementes, Sabores e Saberes nos dias 11-13 de junho de 2015.

Exposição de produtos das roças indígenas durante a Feira de Troca de Sementes, Sabores e Saberes, TI Andirá-Marau (2015)



Além dos trabalhos envolvendo o plantio de guaraná e pau-rosa, o Projeto Waraná também capacitou jovens Sateré-Mawê na coleta de sementes florestais, que envolve a seleção de árvores matrizes e indicação de Áreas de Coleta de Sementes-ACS. Entre as matrizes identificadas e mapeadas estão 96 árvores nativas de pau-rosa e outras 676 árvores de outras espécies arbóreas. Hoje, dos 57 Sateré-Mawê capacitados, 42 estão cadastrados como coletores de sementes no Registro Nacional de Produtores de Sementes e Mudanças-RENASSEM, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA.

O Projeto GATI também apoiou, no início de 2014, a instalação do Conselho Local da Terra Indígena Andirá Marau, possibilitando assim a mobilização necessária para construir uma proposta de elaboração de Plano de Gestão Territorial e Ambiental da TI. A proposta, feita em conjunto com o Centro de Trabalho Indigenista-CTI, foi

aprovada em edital do Fundo Amazônia/ BNDES e sua implementação deverá acontecer em 2016.

Uma das ações do Projeto Waraná refere-se ao replantio do pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke), que é de especial interesse para os Sateré-Mawê. A espécie foi muito explorada até quase a sua total extinção na região para extração do óleo essencial “linalol”, usado na indústria da perfumaria, e é reconhecida como espécie da flora brasileira ameaçada de extinção, conforme Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente.

Hoje com apoio de parceiros a espécie está sendo replantada pelos indígenas, com mudas trazidas da floresta ou produzida em viveiros, com a perspectiva de produção de óleo a partir da poda de folhas e galhos, sem necessitar cortar a árvore. O replantio é consorciado com o cultivo de guaraná e outras espécies nativas.



Guaraná
(*Paullinia cupana*)



©Manuel Lima Júnior

No âmbito do Programa de Pequenos Projetos de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (Edital PPP GATI) foram apoiados 3 pequenos projetos apresentados pelo CPSM em parceria com a UFAM e o Idesam. Eles foram desenvolvidos entre 2015 e 2016 e giram em torno do resgate, plantio e manejo do pau-rosa e a continuidade das iniciativas com agroecologia e sistemas agroflorestais.

O projeto “Cultivo e conservação do pau-rosa em agrofloresta dos povos Sateré-Mawé - calha rio Marau” teve como objetivo o enriquecimento do pau-rosa

em sistemas agroflorestais já desenvolvidos pelos Sateré-Mawé. A meta foi produzir 1.000 mudas na calha do rio Marau, com capacitação e intercâmbio com os saberes indígenas e apoio técnico da UFAM. Foram realizadas oficinas específicas para os indígenas sobre o manejo e a estaquia do pau-rosa na Universidade e o Projeto contou com o acompanhamento técnico dos viveiros instalados para produção de mudas e estacas do pau-rosa dentro da TI. O Projeto também contribuiu para a recuperação de áreas degradadas na TI e o resgate de saberes e usos do pau-rosa pelas comunidades.

O projeto “Cultivo e conservação do pau-rosa em agrofloresta dos povos Sateré-Mawé - calhas Uaicurapá/Andirá” teve como objetivo o cultivo do pau-rosa em sistemas agroflorestais já estabelecidos na Calha do Rio Andirá e a produção de 2.000 mudas. Parecido e complementar ao anterior, também prevê capacitação e intercâmbio com os saberes indígenas e apoio técnico da UFAM.

O projeto “Waraná Agroecologia II: fortalecimento da produção Sateré-Mawé” teve como objetivo dar continuidade às ações iniciadas pelo Projeto Waraná, com a implantação de sistemas agroflorestais, o fortalecimento de práticas ecológicas e a promoção da educação ambiental. O apoio técnico para a realização foi feito pelo Idesam.

Com relação ao mecanismo de Microprojetos, foi realizado um denominado Sakaka, na aldeia Fé em Deus. A ideia foi possibilitar o replantio do pau-rosa a partir de sistemas agroflorestais nos quintais das famílias indígenas. As atividades foram executadas em mutirão e implantadas de setembro/2013 a janeiro/2014. O responsável pela coordenação do Microprojeto foi Ilson Brandão Freitas.

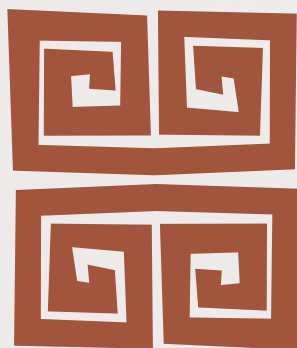
Primeiro, foram feitas reuniões para o planejamento do trabalho e a divisão de tarefas, como limpeza e abertura de pequenas clareiras, e a divisão das equipes de caça e pesca para alimentação das pessoas que trabalharam no mutirão. Depois de identificadas as plantas importantes para os Sateré Mawé na mata e nos quintais das famílias, tais espécies foram consorciadas com o pau-rosa. Os sistemas agroflorestais foram melhorados e enriquecidos e, hoje em dia, a comunidade está realizando a manutenção dos quintais agroflorestais.



Plantio de pau-rosa em consórcio agroflorestal com açaí e guaraná



CONCLUSÕES - ALGUMAS LIÇÕES APRENDIDAS



Os consórcios de diferentes cultivos e a diversidade de espécies são elementos chaves para manter a estabilidade ecológica e econômica dos sistemas de produção agroecológicos e das agroflorestas. Ao avaliar as experiências do Projeto GATI com estes temas e a restauração ambiental podemos construir uma analogia em paralelo: os resultados mais consistentes surgem em situações onde houve a presença e participação de diversos atores como parceiros, cada qual trazendo sua contribuição, seja na forma de conhecimentos, mão-de-obra, materiais, recursos financeiros e apoio logístico.

As iniciativas com resultados mais abrangentes também foram aquelas que incorporaram um conjunto de ações complementares como, por exemplo, além de trazer um técnico para promover uma oficina sobre agroflorestas, houve a necessidade, na sequência, de um intercâmbio para ver o significado disto na prática, na leitura de outro agricultor, indígena ou não. E não adiantaria ter estimulado ações sem ter um mecanismo de fomento, tal como foram os Microprojetos e, depois, os pequenos projetos de edital PPP-GATI.

Ou seja, ao respeitar e fomentar o protagonismo indígena nas ações é possível construir iniciativas que não são “de cima para baixo” mas que têm características de redes, com múltiplos parceiros. Assim – repetindo a analogia – cria-se arranjos com maior estabilidade, nos quais o capital social é o elemento fundamental para a continuidade das ações.

Em relação a uma ampliação das ações com agroecologia, agroflorestas e restauração ecológica em TIs, é importante destacar que o Governo brasileiro tem assumido compromissos nacionais e internacionais relacionados à conservação ambiental e restauração de áreas degradadas, e para atingir estas metas, tem estabelecido diversas políticas públicas e programas específicos. Quanto ao cumprimento destas metas, as TIs representam uma oportunidade muito significativa, pois não só apresentam demandas para recuperação ambiental, como também demonstram uma série de experiências exitosas nessa temática, como foi visto neste volume.

Ao mesmo tempo, iniciativas de restauração ambiental, especialmente aquelas baseadas em sistemas agroflorestais, têm o potencial de contribuir para o alcance de outras metas e políticas públicas relacionadas à segurança alimentar, à geração de renda e ao bem-estar dos povos indígenas. A restauração de áreas degradadas usando sistemas de uso da terra com alta capacidade de armazenar carbono combinado com a conservação de florestas existentes é também uma das formas mais eficientes de mitigar mudanças climáticas. No entanto, a recuperação de paisagens

degradadas geralmente é uma atividade com custo relativamente alto e, embora sua conjugação com a produção de alimentos represente uma forma de amortizar este custo, é necessário que tais iniciativas recebam apoio financeiro específico. Nesse sentido, as metas ambientais nacionais, especialmente aquelas relacionadas à mitigação e adaptação a mudanças climáticas, por meio de mecanismos como pagamento de serviços ambientais (PSA), trazem a possibilidade da convergência de objetivos sociais e ambientais.

Como contribuição para uma política indigenista mais coerente com as políticas ambientais, constata-se que são necessárias ações mais consistentes por parte do Estado para promover e apoiar iniciativas de recuperação ambiental em Terras Indígenas. Podemos esperar maior interesse das comunidades indígenas, com iniciativas que juntem vários destes objetivos, ou seja, que buscam, simultaneamente, gerar benefícios sociais, culturais, econômicos e ambientais e que contribuam ao bem-estar de comunidades indígenas. Uma das observações do Projeto GATI é que a recuperação de nascentes e matas ciliares é de grande interesse para as comunidades indígenas, justamente por conta da importância do fornecimento de água em quantidade e qualidade. Outra lição é que as iniciativas de restauração ambiental terão muito mais êxitos se casadas com a produção de alimentos, pois a implementação de plantios de árvores em consórcio com culturas alimentares traz uma série de vantagens para iniciativas deste tipo.

A diversidade de experiências indígenas com agroflorestas e restauração tem um grande potencial como ponto de partida para um aumento significativo de escala no quantitativo de áreas recuperadas, ou como referência para novas iniciativas em outras TIs. Considerando ainda o potencial destas experiências para atingir vários objetivos da PNGATI e da política indigenista de forma transversal, podemos concluir que o tema de restauração ambiental nas TIs representa um terreno fértil para programas e investimentos específicos. No entanto, de acordo com as lições colhidas pelo Projeto GATI, qualquer proposta de programa indígena de restauração ambiental deve observar alguns pressupostos:

Guarani da TI Caieiras Velhas II/Tupiniquim visitando áreas de reflorestamento com a palmeira juçara na TI Guarani do Ribeirão Silveira-SP (2015)



- reconhecer tanto as especificidades regionais dos biomas como as especificidades de cada povo indígena, no que se refere ao modo de vida, organização social e política e outros fatores diversos que influenciam sua relação com o meio ambiente e entorno;
- ter como base ou ponto de partida ações e iniciativas existentes, com destaque para experiências exitosas;
- utilizar a abordagem da agroecologia e agroflorestas, como sendo mais adequada à realidade da maioria dos povos indígenas, pois associa a recuperação ambiental com a produção de alimentos e geração de renda;
- estabelecer mecanismos de diálogo com políticas públicas relevantes, no sentido de construir uma base mais ampla de apoio às iniciativas, desde a formação técnica até o financiamento das ações.



REFERÊNCIAS

Grupo de Agricultura Orgânica e Agroecologia da Embrapa: <http://www.cnph.embrapa.br/organica/agroecologia.html>

Lundgren, B.O. e Raintree, J.B. 1982. Sustained agroforestry. In: Nestel, B. (ed.). Agricultural Research for Development: Potentials and Challenges in Asia, pp. 37-49. ISNAR, Holanda.

Sociedade Internacional para a Restauração Ecológica, 2005: http://www.ser.org/docs/default-document-library/guidelines_portuguese.pdf

O Projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI) contribuiu para o reconhecimento das Terras Indígenas (TIs) como áreas protegidas essenciais para a conservação da biodiversidade dos biomas brasileiros, fortaleceu as práticas tradicionais indígenas de manejo, uso sustentável e conservação dos recursos naturais. Também promoveu o protagonismo indígena na construção de políticas públicas de gestão ambiental e territorial de TIs.



O Projeto foi uma realização conjunta entre o movimento indígena brasileiro, Fundação Nacional do Índio (Funai), Ministério do Meio Ambiente (MMA), The Nature Conservancy (TNC), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF-Global Environment Facility).



Articulação
MATO GROSSO



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E CIDADANIA

